

**PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO, MEMÓRIA, IDENTIDADE E
PERTENCIMENTO: A ARQUITETURA ENXAIMEL DE PANAMBI/RS**

**ARCHITECTURAL HERITAGE, MEMORY, IDENTITY AND BELONGING: THE
FURNISHED ARCHITECTURE OF PANAMBI/RS**

Recebido em: 22/04/2023

Aceito em: 15/08/2023

Publicado em: 28/09/2023

Jeferson Grosse Hardt¹ 

Tarcisio Dorn de Oliveira² 

João Vicente Machado Schmitz³ 

Luísa Pereira Zamin⁴ 

Resumo: A salvaguarda do patrimônio arquitetônico é fundamental, uma vez que contribui para a preservação da memória ao estabelecer a identidade cultural do lugar propiciando nos sujeitos o sentimento de pertença à cidade. A pesquisa tem como objetivo estabelecer um diálogo entre as inter-relações da preservação do patrimônio com a arquitetura enxaimel produzida na área urbanizada de Panambi/RS. Metodologicamente a pesquisa estrutura-se por um campo teórico e por uma pesquisa empírica. Ao considerar, os procedimentos metodológicos, o campo teórico leva em consideração uma revisão bibliográfica e pesquisa documental sobre três aspectos fundamentais: conceito e a perspectiva histórica da preservação do patrimônio; o patrimônio arquitetônico e as relações com a memória, identidade e pertencimento e a arquitetura enxaimel presente em Panambi; enquanto o campo empírico considera o estudo de caso e o levantamento de campo ao possuir como objeto de estudo o patrimônio arquitetônico em estilo enxaimel localizado na área urbana central de Panambi/RS. Em relação aos resultados é possível perceber que as edificações patrimoniais fazem parte do legado da cidade, pois acarretam importância cultural e morfológica dando força às ambiências urbanas, haja vista que a arquitetura alemã, ainda remanente, sinaliza importante diferencial estético do município para a região. Percebe-se que ao preservar a arquitetura em estilo enxaimel, não apenas se conserva o patrimônio histórico e cultural, mas também se fortalece a identidade de da cidade de Panambi/RS, pois tais bens são testemunhas de um passado esplêndido auxiliando a contar a história da comunidade e dos antepassados. Investir na preservação da arquitetura enxaimel de Panambi/RS é essencial para manter a autenticidade e a singularidade da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio Arquitetônico; Preservação Patrimonial; Arquitetura Enxaimel; Panambi/RS.

Abstract: Safeguarding the architectural heritage is fundamental, as it contributes to the preservation of memory by establishing the cultural identity of the place, providing subjects with a sense of belonging to the city. The research aims to establish a dialogue between the interrelationships of heritage preservation with the half-timbered

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: jeferson.hardt@sou.unijui.edu.br

² Professor Permanente do Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: tarcisio_dorn@hotmail.com

³ Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: joaoschmitz@outlook.com

⁴ Bacharela em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. E-mail: luisazamin21@gmail.com

architecture produced in the urbanized area of Panambi/RS. Methodologically, the research is structured by a theoretical field and an empirical research. When considering methodological procedures, the theoretical field takes into account a bibliographical review and documentary research on three fundamental aspects: concept and historical perspective of heritage preservation; the architectural heritage and relations with memory, identity and belonging and the half-timbered architecture present in Panambi; while the empirical field considers the case study and the field survey of ownership as an object of study of the half-timbered architectural heritage located in the central urban area of Panambi/RS. Regarding the results, it is possible to perceive that the heritage buildings are part of the city's legacy, as they carry cultural and morphological importance, giving strength to the urban ambiences, given that the German architecture, still remaining, signals an important aesthetic differential from the municipality to the region. It is noticed that by preserving the half-timbered architecture, not only is the historical and cultural heritage preserved, but also the identity of the city of Panambi/RS is strengthened, as such assets are witnesses of a splendid past, helping to tell the history of the city. community and the anxious. Investing in the preservation of the half-timbered architecture of Panambi/RS is essential to maintain the safety and uniqueness of the city.

Keyword: Architectural Heritage; Heritage Preservation; Half-timbered Architecture; Panambi/RS.

INTRODUÇÃO

O patrimônio arquitetônico vincula-se de forma efetiva com a história, a memória, a identidade e o pertencimento, tanto de forma direta ou indireta, haja vista, que o mesmo constitui-se como representação material capaz de ser um dos elos entre a tradição e a contemporaneidade. Há uma forte relação entre o patrimônio, a cidade e as pessoas ao constituírem uma trama de dá força aos lugares – isso porque cada indivíduo estabelece memórias e vínculos sobre determinados fatos e coisas estabelecendo uma tendência preservacionista, embasada com forte carga sentimental e de pertença aludida a tais objetos e ambiências. Toda cidade é formada e organizada a partir de pessoas que compartilham de diferentes vivências e tradições, bem como, valores e crenças.

As pessoas carregam consigo lembranças e memórias das situações percorridas ao longo de sua vida – fatos estes fundantes para sua formação individual como ser humano pertencente a um âmbito sócio-territorial. Cada indivíduo constitui-se a partir do meio em que está inserido, pois os fatos e acontecimentos em sua vida determinam sua personalidade e sua forma de ver e compreender o mundo. A preservação patrimonial torna-se fundamental pois estrutura-se como parte constituinte das pessoas ao entender que os lugares, objetos e acontecimentos alicerçam dando forma e formato às atividades inerentes a existência humana. (Re) negar o patrimônio e não fazer nada para que ele seja mantido enquanto suportes das memórias urbanas é dispensar as origens, a história e a identidade cultural individual e coletiva.

A colonização alemã manifestou-se em várias regiões do Brasil, mas foi bastante representativa no sul do Brasil, que somada a outras colônias de origem europeia, formaram um mosaico cultural no território brasileiro. Estes imigrantes trouxeram conhecimento, padrões culturais e compreensão de vida para o Brasil, formando uma base cultural consistente e

diversificada. Formas de trabalhar, compreensão da economia, tradições e expressões culturais ressignificaram o território brasileiro, adaptando-se às necessidades e possibilidades de um novo território e uma nova dinâmica socioeconômica – uma dessas manifestações expressa-se na prática de edificar. A construção de edificações com os padrões arquitetônicos europeus teve grande impacto no Brasil, adaptando-se aos materiais e às condições climáticas, resultando em um padrão arquitetônico que une tradição e inovação.

Considerando as manifestações culturais, por meio da arquitetura, apresenta-se a arquitetura em enxaimel, conceito arquitetônico originário da Europa, com relativa manifestação no sul do Brasil. Logo, o presente trabalho visa estabelecer um diálogo entre as inter-relações com a preservação do patrimônio e a arquitetura enxaimel desenvolvida na área urbanizada de Panambi/RS. Para tal, o texto estrutura-se basicamente em três tópicos de discussão sendo eles: o conceito e a perspectiva histórica da preservação do patrimônio no Brasil; o patrimônio arquitetônico e as relações com a memória, identidade e pertencimento e; a arquitetura enxaimel desenvolvida em Panambi/RS.

METODOLOGIA

Para dar conta dos objetivos da pesquisa, o estudo está estruturado em duas etapas: 1ª fase) Campo conceitual e; 2ª fase) Estudo de Caso. A fase inicial conta, por meio dos procedimentos, de uma revisão bibliográfica e pesquisa documental que, a partir dos dados produzidos, realizou-se a análise e a interpretação das informações, mesclando-as de maneira a conseguir uma maior compreensão e aprofundamento sobre as temáticas abordadas, de forma especial, sobre ensino por competência. Na sequência, deu-se a análise empírica que levou em consideração a observação da arquitetura enxaimel na área urbana de Panambi/RS. Para a análise dos dados, leva-se em consideração a hermenêutica de profundidade (HP) proposta por Thompson (1995), que enfatiza a análise sociohistórica, a análise formal discursiva (privilegiando nesta fase a análise de discurso) e a interpretação/reinterpretação, partindo da análise da hermenêutica cotidiana (doxa).

EMBASAMENTO TEÓRICO

PATRIMÔNIO: CONCEITO E PERSPECTIVA HISTÓRICA

No Brasil, antes da década de 1930, o patrimônio não era pensado como algo possível a ser salvaguardado. O que percebe-se nesse momento é uma realidade dicotômica; enquanto

uma classe se volta a primar a necessidade de reconhecimento de bens tombados – cujo processo que, inclusive, se iniciara na década de 1930 -, outra sequer sabe a razão daquele bem ser protegido. Evidentemente que, para que seja possível reconhecer o patrimônio na contemporaneidade, deve-se retroceder no tempo para entender o percurso que o campo teve ao longo das décadas.

É fundamental mencionar que, em 1936, sob direção de Gustavo Capanema – então ministro da Educação e Saúde Pública – surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), promulgado pela Lei nº. 378. A primeira fase do SPHAN, liderada por Rodrigo Melo Franco de Andrade, é conhecida como fase heroica, pois, além de fortalecer a instituição, foram estabelecidas uma série de medidas a fim de preservar o patrimônio brasileiro; eram privilegiadas, em sua maioria, os bens de herança luso-brasileira, predominantemente pelo caráter estético (FONSECA, 2009).

De forma sucessora surge o Decreto-Lei nº 25, que constitui o patrimônio histórico e artístico brasileiro, integrando os bens tangíveis e intangíveis que são de interesse público, fazendo apontamentos referente ao processo de tombamento – neste momento já indicado nas três instâncias: federal, estadual e municipal – e dos respectivos efeitos dessa ação (BRASIL, 1937). Nos anos sucessores da criação do SPHAN, a entidade realizou uma série de atividades buscando a proteção daquilo que havia instaurado enquanto instituição nacional.

Para Leal (2016), na década de 1940, cabe mencionar que o SPHAN teria iniciado o processo de tombamento de bens arqueológicos, sítios e coleções. A reduzida quantidade de bens tombados nesse período - que se estendeu à década de 1950 até 1960 - se deu pela limitação da instituição referente à proteção de bens arqueológicos. Observa-se, a partir da fase heroica, que a proteção se restringia a casarões e igrejas - um patrimônio colonial de caráter monumental.

Posteriormente, entre as décadas de 1960 e 1970, iniciou-se um processo de integração de valores; com maior interesse, houve a fuga de uma conveniência nacional, partindo às regionais. É possível mencionar que, como fruto desse interesse, surgem instituições de proteção do patrimônio estaduais, tais como a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE), no Rio Grande do Sul, e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat), em São Paulo.

Na pulsão da institucionalização do patrimônio entre as décadas de 1960 e 1970 em algumas unidades federativas do Brasil, surgiram algumas ações voltadas à proteção de edifícios considerados importantes para a história. Segundo Fitch (1981), foi nesse momento que revelam-se projetos para reutilização de edifícios históricos, levando em consideração a crescente preocupação com o meio ambiente. A remodelação da preexistência reflete o pensamento voltado à proteção, ao sentimento de pertencimento e importância do bem – seja ele monumental, arquitetônico, construtivo, etc.

As expressões culturais, dadas a partir da arte e da construção, receberam uma atenção especial após a Segunda Guerra Mundial. O campo da preservação se expandiu, reconhecendo tais manifestações como monumentos históricos. Entre as décadas de 1970 e 1980, conforme aponta Sant’Anna (2011), o avanço no campo do patrimônio se demonstrou possível na prática ao identificar e valorizar pequenos povoados e a arquitetura vernacular. Tais expressões, que representam modos de vida, foram incorporadas a inúmeros documentos internacionais, primando a difusão no campo patrimonial.

É importante mencionar que a concepção democrática do patrimônio consolida-se em 1988 com a Constituição Federal, cujo artigo 216 indica que o patrimônio cultural brasileiro é composto por inúmeros bens, dentre eles aqueles de natureza material, como as edificações e demais obras de valor histórico, paisagístico, entre outros. O mencionado traz que com a colaboração da comunidade, o Poder Público deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. Nesse entendimento:

O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais (SANTOS, 1988, p.25).

Tomando a edificação como objeto construído, pode-se compreender que a obra arquitetônica auxilia na composição e peculiaridade do espaço, constituindo os lugares, paisagens e ambiências. A manutenção da paisagem urbana, por meio da arquitetura patrimonial, é fundamental, haja vista, que os valores que a arquitetura exala, excedem as questões de valoração estética e imobiliária, mas, sobretudo constituem, as reminiscências do

coletivo, da representação da sociedade a partir de uma construção, das formas de construir, de habitar, de vivenciar a cidade e contemplar a paisagem urbana.

As dimensões do patrimônio, em suas naturezas material e imaterial, já eram vistas na criação do SPHAN, mas foi somente na década de 1990 que inicia-se um processo de reconhecimento adequado de proteção do patrimônio, através da criação, em 2000 do Decreto nº. 3.551/2000 e do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), que implementa uma política eficiente de salvaguarda do patrimônio cultural, a qual possibilita a participação da comunidade como o cerne do processo de proteção. Nesse viés, a aproximação da sociedade com as características da própria cidade deve criar meios de salvaguarda dos bens que ainda não são protegidos, através de ferramentas adequadas salvaguardacionistas como, por exemplo, registros, inventários e educação patrimonial.

Entende-se que o patrimônio arquitetônico não é visto somente como um bem do poder público, mas que ele faz parte de um processo de proteção da comunidade junto ao poder público. Para Oliveira et.al (2022, p. 16) “O patrimônio é parte das nossas histórias e registros das vidas vividas, diz, portanto, da tradição que carregamos [...] cidade é o lugar onde vivemos e construímos as nossas histórias. Está nela o registro das heranças que acolhemos e os nossos feitos na vida que estamos nela vivendo”. Nesse entendimento é possível compreender que:

Os bens patrimoniais atuam como suporte do imaginário e da memória social de uma localidade, ou seja, os edifícios e áreas urbanas possuidoras de valor patrimonial podem ser tomados como um ponto de apoio da construção da memória social, onde a educação nesse contexto, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho centrado na arquitetura como fonte primária de conhecimento individual e ou coletivo (OLIVEIRA; CALLAI, 2017, p. 147).

A preservação patrimonial deve ser vista como um direito social, visto que, o processo de patrimonialização é uma estratégia que busca, além de salvaguardar um edifício – neste caso – pela arquitetura empregada em sua concepção, mas, sobretudo, por todas as questões abarcadas nessa ação, como os processos históricos, o estudo das tipologias construtivas utilizadas, o entorno, e demais elementos. Os princípios evoluíram e hoje se tem maior conhecimento de que o patrimônio precisa ser democrático, representativo e que deve ter uma participação efetiva das comunidades. Apesar disso, existe um amplo caminho a ser trilhado. Ou seja:

O fato é que a cidade é composta pelos cidadãos e que estes mostram-se presentes e atuantes na cultura e proteção da história local desvelando a compreensão sobre o patrimônio, haja vista, que as atividades e fenômenos que englobam a população local contribuem de forma positiva no entrosamento dos cidadãos com a forma e constituição de sua cidade. Constituem-se uma parcela significativa do patrimônio as edificações remanescentes que fazem parte da história da cidade, os quais são (re) conhecidos por sua construção representativa e/ou por seu estilo e/ou por sua técnica construtiva e/ou sua época de construção. Tais patrimônios são constituídos por bens que referem-se à identidade e à memória urbana coletiva que compõem os espaços urbanos (OLIVEIRA *et.al.*, 2022, p. 19).

A proteção do patrimônio arquitetônico demonstra-se fundamental para o reconhecimento da história da cidade e, não somente. O desenvolvimento é possível a partir do entendimento de uma metodologia precedente, que deve ser estudada a fim de buscar uma progressão, sem que essa sobressaia-se sobre as antigas proposições – nesse caso, os edifícios que representam as tecnologias, a história do período em geral. O reconhecimento de um patrimônio arquitetônico na contemporaneidade não deve retratar mais a obra como um indivíduo único, isolado, protagonista, mas sim – como coletivo, em que a participação social para o reconhecimento de um bem tangível é imprescindível, pois possibilita que a comunidade enxergue-se na obra de uma forma que sua história seja repercutida de forma adequada e não excludente.

A diversidade arquitetônica, dos sistemas construtivos e a trajetória histórica são importantes, da mesma forma que o processo de reconhecimento dos bens. É preciso se colocar à disposição do processo de escuta, guiar o diálogo, a pesquisa, e buscar, de forma aprofundada, coletar as maiores informações possíveis ao reconhecimento da proteção do edifício. A partir do patrimônio, é possível observar um elo que é composto pela memória coletiva e pela identidade cultural, evidenciando o sentimento de pertencimento. É importante ressaltar que essa ação contribui à construção de uma diversificação identitária, caracterizando uma integração e reconhecimento de direitos coletivos, tendo em vista que, assim como mencionado anteriormente, o patrimônio arquitetônico deve ser vislumbrado como um bem representativo, inclusivo, por retratar a memória e trajetória dos grupos.

PATRIMÔNIO E A INTERAÇÕES COM A MEMÓRIA, IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E CIDADANIA

O entendimento sobre a arquitetura patrimonial e sua real necessidade, dentro de uma ambiência urbana, coloca em cena todo o seu valor cultural, histórico e memorialístico. Tais bens vão além da lembrança de eventos marcantes ocorridos em um dado momento ao

expressarem a importância da história e de sua salvaguarda refletindo na constituição dos sujeitos de determinada sociedade. O ato de identificação e pertença por algo instiga o sentimento de mantê-lo presente e vivo, uma vez que, as pessoas passam a identificarem-se com ele atrelando variados tipos de sentimentos. A correlação entre as pessoas e a preservação do patrimônio arquitetônico deve ser um ato consciente e contínuo, ao passo que:

O patrimônio configura-se como uma síntese simbólica de valores que identificam uma sociedade e que ela reconhece como próprio; essa apropriação parte sempre de uma dimensão afetiva, por meio de olhares convergentes, que elege um determinado bem como representativo de sua identidade. A história e a vivência de um povo podem ser expressas através do patrimônio, que contribui para manter e preservar a identidade do grupo social (DIAS, 2019, p.1).

A história e a identidade são um dos conceitos fundamentais para o entendimento do patrimônio, pois não há como separá-los, uma vez que há uma interdependência entre eles. Para que o patrimônio arquitetônico seja preservado pelas pessoas, há de estabelecer-se uma conexão e um apego emocional que as influenciem diretamente, fazendo com que as mesmas não queiram perdê-lo – esse é um dos pontos chave para que mantenha-se viva a arquitetura patrimonial ainda remanescente nas cidades. Ainda é pertinente salientar que, para Santos, Lopes e Silva (2021, p.287), a “preservação é essencial para a construção de memórias sociais que ligam afetivamente todos aqueles que fazem parte de uma mesma sociedade ou que entram em contato com aquele patrimônio protegido”.

A preservação patrimonial faz-se necessária para salvaguardar a história como um todo, evitando que as mudanças atreladas à contemporaneidade e evolução vinculadas ao capitalismo perverso perca e/ou apague fatos e bens marcantes para os sujeitos e para os lugares. Para além da relação entre a arquitetura patrimonial e a identidade de um povo, há de considerar-se também, a forte relação com a memória individual adquirida por cada sujeito. Rodrigues (*online*, s/p) reflete fazendo uma comparação direta entre o patrimônio e a memória, ao entender que os dois nada mais são do que uma construção que se dá através do passar das gerações. Ao vincular a memória, ou a falta dela, com o patrimônio arquitetônico é pertinente observar que:

A preocupação com a memória, seja ela lembrança ou esquecimento, bem como com a construção e afirmação de identidades, ou ainda, a preocupação com a salvaguarda do patrimônio cultural são todas insurgências da modernidade. [...]. Esse processo acelerou o passar do tempo e incentivou o progresso, deixando de lado aspectos do patrimônio cultural, criando um abismo entre o presente e o passado, na medida em que tal aceleração apagou muitos dos rastros do passado (MOMBELLI; TOMAIM, 2012, p. 46).

Para que uma sociedade constitua-se como tal é de suma importância que a história, a memória e a identidade dos antepassados sejam mantidas, lembradas e respeitadas. A valorização ao patrimônio é uma necessidade urgente, uma vez que, em todas as etapas e esferas da evolução humana, os indivíduos remetem-se à sua história de origem, ao local que nasceram e cresceram, bem como, às tradições sociais e familiares de cada época. A destruição do patrimônio patrimonial e do sentimento de pertença acaba por ser a destruição da essência de cada um. Para Pereira e Bonfim (*on-line, s/p*) fica claro que somente será possível a percepção real sobre a significância do patrimônio quando, junto dele, estiver a memória, cultura e identidade, ao passo que, esses conceitos estão interligados, sendo que para haver uma preservação efetiva, a busca deve ser para que nada desapareça e deixe de existir.

Há uma influência cultural elementar sobre o patrimônio preservado, dado porque todas as novas tradições culturais são apoiadas nas antigas, sendo que essa ciclicidade só é possível caso haja a preservação e a conservação do patrimônio e costumes anteriores. Para que um bem seja considerado patrimônio, o mesmo deve possuir um caráter coletivo de importância, seja para com os indivíduos, cidade, estado, país ou mundo. A partir desse entendimento, pode-se começar a ter uma clareza maior sobre o patrimônio e a necessidade de preservação, ao passo que, os seres humanos estão diretamente influenciados pela história e pelo patrimônio. Nessa perspectiva:

O patrimônio cultural representa a identidade e cultura de um povo: suas tradições, suas histórias e raízes, podendo ser constituídos por patrimônio material e imaterial. A partir desta afeição em torno de tais bens, surge uma construção simbólica de valores partilhados por determinada comunidade e, a partir disso, a necessidade de proteção. Neste sentido, ao valorizar diferentes expressões culturais e legitimar a preservação patrimonial, é propiciado aos grupos sociais ser parte de uma determinada história e a partir da memorização afetiva, patrimonializar suas vivências por meio de demandas políticas específicas (SANTOS; LOPES; SILVA, 2021, p. 290).

A vinculação da memória, identidade, pertencimento e cidadania com a salvaguarda e preservação da arquitetura patrimonial é direta, pois não há como eximir a responsabilidade social da preservação dos espaços e ambiências urbanas, bem como, dos bens patrimoniais existentes. Como seres constituintes da sociedade, cada pessoa deve agir como membro e desempenhar a busca pela preservação de forma a manter viva a história de seu lugar. Caso não haja a preocupação popular com a cidade e seu patrimônio ainda remanescente, cada vez mais, serão deixados de lado fatos memoráveis da história das cidades, bem como, das pessoas que

ali habitam e dão vida ao cenário urbano. Ao perder o desenvolvimento histórico e memorialístico de uma cidade, muitas referências esvaem-se dando forma a espaços heterogêneos desconstituindo a força que os lugares possuíam em sua gênese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A COLONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PANAMBI/RS

O Município de Panambi localiza-se na região Norte do Rio Grande do Sul reconhecida pelas suas diversas identidades, destacam-se entre elas a referência como “Cidade das Máquinas” devido sua vocação industrial, ostenta o título de 3º Polo Metalmeccânico do Estado devido ao seu diversificado parque industrial, no qual se observa um desenvolvimento endógeno. Isso vem das raízes da criação do município, em meados do século XX (antiga Neu-Württemberg), com o colonizador alemão Dr. Hermann Meyer, que acaba levando estas influências até os dias de hoje. De acordo com Dr. Erich Fausel ao escrever para o livreto “Cinquentenário”, Hermann Meyer era colaborador e coproprietário do mundialmente conhecido Instituto Bibliográfico de Leipzig, uma das maiores editoras da Alemanha, fundada pelo seu avô Josef Meyer.

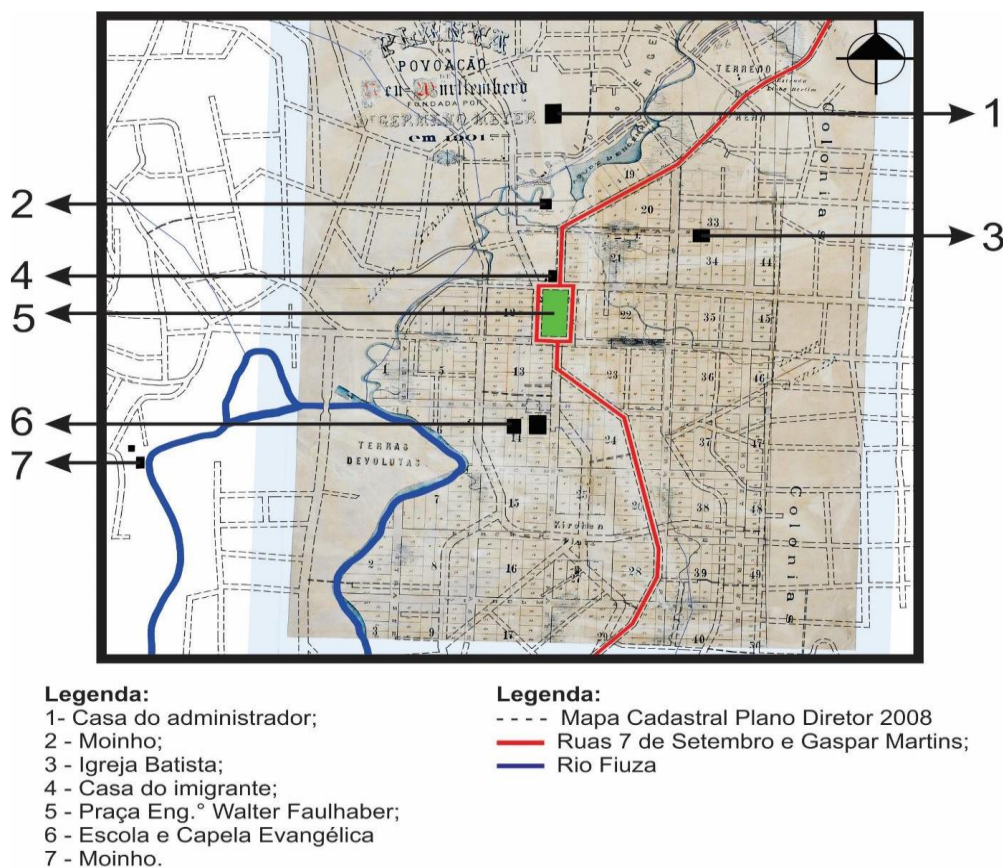
De acordo Malheiros (2019), Hermann Meyer tinha um vasto conhecimento, era estudioso de economia e geógrafo, tinha um zelo científico além de um grande explorador de terras e viajante científico. Foi através da publicação dos relatos das experiências de Karl von den Steinen, sobre suas expedições ao Brasil, que Meyer se fascina e resolve conhecer o Brasil central. Assim, em 1896, Dr. Hermann Meyer juntamente com Carlos Dhein, capataz indicado por Steinen, organizam a expedição rumo ao Brasil. Através das cartas enviadas para seus familiares e amigos, contata-se que Meyer, percorreu praticamente todo o Brasil para conhecer e observar a colonização alemã no país.

De acordo Leitzke (2002) foi durante a expedição ao Xingu e ouvindo os relatos de seu capataz Carlos Dhein, sobre a colonização alemã no Rio Grande do Sul, que Hermann Meyer teve a ideia de investir na atividade colonizadora em alguma região do sul do Brasil. Em janeiro de 1900, Hermann Meyer funda a “Empresa de Colonização Dr. Hermann Meyer”, firmemente resolvido a dar continuidade ao processo de colonização, iniciado já há alguns anos antes de forma mais amadora. Os trabalhos de demarcação dos lotes rurais começam a partir de julho de 1900 com o assentamento definitivo dos colonos em seus lotes rurais.

Hermann Meyer após observar o amplo campo de oportunidades para aplicar capital, de acordo Beuter (2013) ele começou a investir em terras nas redondezas, formando as colônias de Neu-Württemberg (mais tarde, Panambi), Xingu, Boi Preto, Fortaleza, Erval Seco e Júlio de Castilhos. Hermann Meyer, queria que o crescimento da colônia estivesse alicerçado no desenvolvimento social e cultural dos colonos imigrantes, Neumann (2016) complementa que ele queria formar uma colônia étnica e onde os imigrantes realmente pudessem permanecer alemães, isso estava mais presente em Neu-Württemberg como a “Alemanha brasileira”.

Em 1900 foi desenvolvido a primeira planta, conforme figura abaixo, que deu origem ao núcleo urbano da Colônia Neu-Württemberg (atual cidade de Panambi). Malheiros (2019) comenta que a planta planejava os primeiros espaços públicos e de serviço destinados ao povoamento e desde esta época podemos perceber algumas construções de tipologia germânicas.

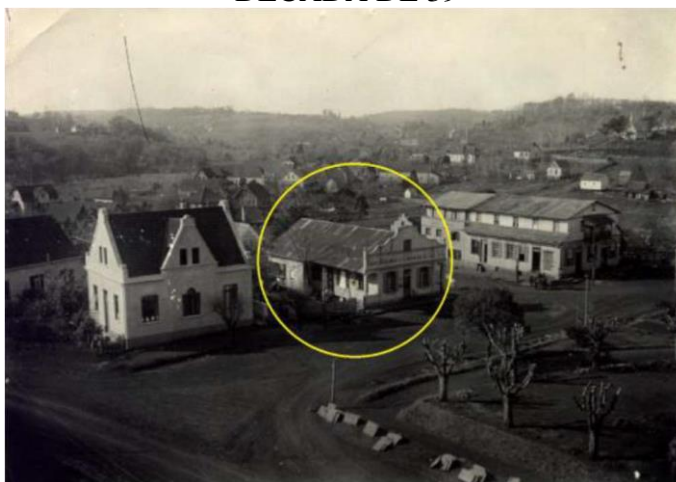
FIGURA 1 – PLANTA DE POVOAÇÃO



Fonte: Malheiros, 2019.

Em 1901, Hermann Meyer passa a administração da colônia para seu primo Horst Hoffmann, que constrói o primeiro moinho e realiza a demarcação da Stadtplatz na área urbana, projetada pelo Eng. Alexandre Ahrons e que a denominou Elsenau. Na língua alemã Stadtplatz significa “praça da cidade”. Neste mesmo ano foi construído o Barracão do Imigrante, que de acordo Malheiros, Kother e Hinning (2017) tinha por objetivo abrigar provisoriamente os imigrantes recém-chegados, até que os mesmos tivessem construído suas casas. Como pode ser observado a seguir, várias construções já tinham traços da tipologia germânica.

FIGURA 2 – BARRACÃO DO IMIGRANTE NA COLÔNIA NEU-WÜRTEMBERG NA DÉCADA DE 30



Fonte: Meyer, 1906.

O núcleo inicial do assentamento da colônia se deu em torno do Barracão do Imigrante e da Stadtplatz Elsenau. A partir daí surgiram outras edificações como, a venda e algumas casas de colonos, como pode ser observado na figura abaixo. Malheiros, Kother e Hinning (2017) comentam que naquela época as condições eram mínimas e a única matéria prima existente era a madeira, muito utilizada para construir qualquer edificação. O único acesso à colônia era restrito à Estação Belizário, o que restringia o comércio de materiais de construção mais especializados.

FIGURA 3 – VISTA DA COLÔNIA A PARTIR DA CASA DO ADMINISTRADOR



Fonte: Meyer (1906).

De acordo MAHP (2013) no ano de 1905 já existia 110 casas na colônia Neu-Württemberg e moradias exclusivamente em madeira, cujas paredes eram feitas de tabuas grosseiras, serradas com serrote traçador e com telhado de tabuinhas. Percebe-se como a colônia de Neu-Württemberg, foi muito bem estruturada e planejada, mostrando-se desde os seus primórdios uma cidade muito enraizada com a cultura germânica. Os imigrantes trouxeram formas de trabalhar, compreensão da economia, tradições e expressões culturais. Assim, a forma de desenvolvimento da colônia é intrínseca a cultura alemã.

O ESTILO ARQUITETÔNICO ENXAIMEL

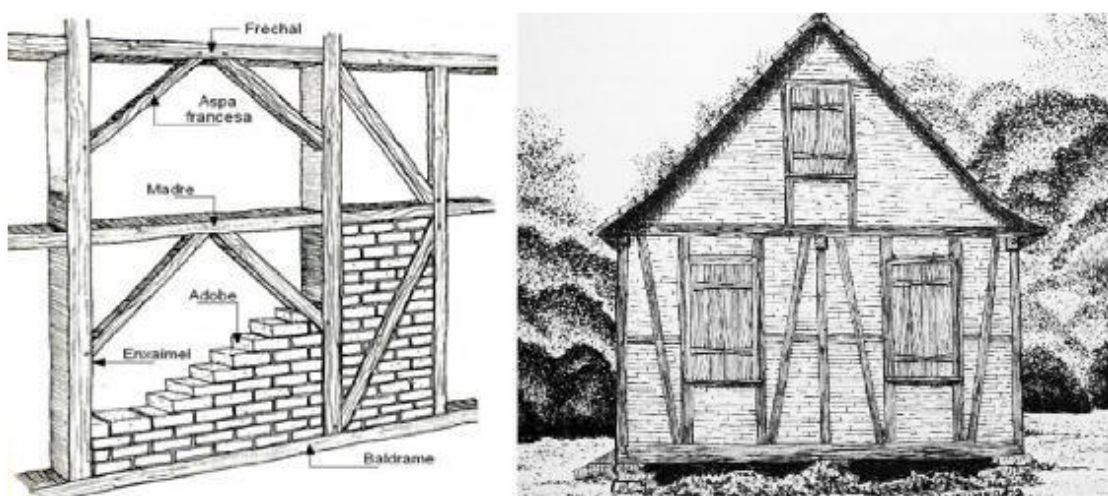
A arquitetura alemã é caracterizada por diferentes tipos de construção, por exemplo, estruturas em enxaimel são típicas em algumas partes da Alemanha, assim como em vários países europeus, e predominaram nas colônias alemãs no século XIX, principalmente no sul do Brasil. Obviamente, esse estilo de arquitetura sofreu adaptações devido a diversos fatores, como condições ambientais, e, principalmente fatores econômicos, que variam de país para país e de região para região.

Malheiros, Kother e Hinning (2017), comentam que a arquitetura alemã se manifestou de várias maneiras, mas principalmente através das atividades desenvolvidas na colônia de Neu-Württemberg e das relações formadas pelas comunidades constituintes que lhes permitiram construir de acordo com suas próprias necessidades e as necessidades da colônia. Outro elemento agregado no Brasil foi a varanda, devido ao calor e a ocorrência das chuvas tropicais. As paredes da edificação enxaimel geralmente são estruturadas com os tijolos amostra, diferentemente da Alemanha, onde as paredes são preponderantemente caiadas. Assim, o

imigrante trouxe sua bagagem cultural com tecnologia em enxaimel, e como tal, era essencialmente germânica.

À medida que a colônia prosperava, construções simples de madeira deram lugar a casas mais estruturadas. Neste caso, o vernáculo é expresso através das habitações mais modestas seguindo a técnica de construção em enxaimel, onde a madeira presente em abundância é utilizada para fazer peças estruturais e fechamentos, e os tijolos produzidos a partir de pequenas olarias usam colônias. Em virtude da forma construtiva, conforme figura abaixo, as madeiras davam maior travamento e resistência a construção, além de como elas eram levantadas sobre pedras (alicerce) não apodreciam, sendo uma construção perfeita para a região.

FIGURA 4 – TIPOLOGIA ENXAIMEL



Fonte: Malheiros; Kother; Hinning (2017).

A técnica enxaimel, ou Fachwerk, é um padrão arquitetônico atribuído historicamente às regiões germânicas da Europa central. Segundo Weimer (2005) o Fachwerkbau designa um padrão construtivo centenário, originário da sociedade feudal, em que as paredes são estruturadas por um tramado de madeira onde as peças horizontais, verticais e inclinadas são encaixadas entre si em que os tramos são posteriormente preenchidos com taipa, adobe, pedra e tijolos.

Deste modo, conforme com a Carta sobre o Patrimônio Construído Vernáculo (1999), esta edificação pode ser considerada uma expressão fundamental da identidade de uma população, das suas relações com o território e, simultaneamente, a expressão da diversidade cultural. O patrimônio Vernacular é a maneira tradicional e natural para as comunidades criarem

habitat. Ela decorre de um processo evolutivo que envolve necessariamente mudança e adaptação constante em resposta a constrangimentos sociais e ambientais.

A INFLUÊNCIA DA ARQUITETURA ENXAIMEL EM PANAMBI/RS

Embora as construções sejam simples, construídas inteiramente em madeira, com matérias-primas disponíveis no local, há um certo estilo que pode-se ver nas construções mais importantes dos primeiros tempos coloniais, a Casa do Administrador, a Casa dos Imigrantes e a Casa do Pastoral, não eram meras construções.

A Casa do Administrador (Figura 5) construída em 1904 em sua composição volumétrica é marcada principalmente pelo volume da cobertura em declive acentuado. De acordo Malheiros, Kother e Hinning (2017) essa característica vem da arquitetura europeia, mais especificamente do centro-norte, e é identificada em pequenos palacetes e casarios devido à necessidade do acúmulo de neve na cobertura no inverno. Em virtude da grande inclinação dos telhados, outra característica foi o surgimento do sótão, que é a área entre o forro e o telhado com baixa altura de pé-direito.

FIGURA 5 – CASA DO ADMINISTRADOR



Fonte: Meyer, 1906.

Fonte: Autores (2022).

A primeira Casa Pastoral da colônia, edificada no ano de 1903 (**Erro! Fonte de referência não encontrada.**6) já tinha traços germânicos e de tipologia enxaimel. Assim, mantendo a tradição da terra natal, a velha *Heimat* (terra natal, pátria) funcionava como matriz e sustentáculo da germanidade, uma ponte de ligação com a nova *Heimat*, realimentada e reatualizada constantemente.

FIGURA 6 – CASA PASTORAL (1903)



Fonte: Neumann (2016).

Outra edificação remanescente típica alemã do período de colonização é o “Moinho Velho”, sendo um dos primeiros moinhos construídos na colônia Neu-Württemberg. A construção do “Moinho Velho” data de 1903, sendo na sua origem, concebida com fundação em alicerce de pedras, estrutura de madeiras e paredes em madeira roliça, tipologia enxaimel, estruturada em dois pavimentos, com porão, térreo e sótão, como pode ser observado na Figura 7. O moinho era movido à roda d’água, a qual se encontra instalada no porão do moinho, até os dias de hoje.

FIGURA 7 – MOINHO



Fontes: MAHP, 2017.



Fonte: Autores, 2022.

O "Castelinho" foi uma residência situada na Rua General Osório 507, conhecida por sua arquitetura e tipologia eclética retratando casarões burgueses europeus. De acordo Malheiros (2019) a casa foi projetado e construído pelo imigrante alemão Johan Lindner e sua família em 1912 com base no conhecimento trazido da Alemanha. A estrutura do edifício é em

enxaimel e a construção inicial foi realizada com materiais locais, principalmente tijolos, que foram produzidos no local graças ao barro.

FIGURA 8 – CASTELINHO



Fonte: Malheiros (2019).

Em 2009, a prefeitura adquiriu o imóvel e anexou-o à área do parque municipal. O "Castelinho" é a única obra tombada na Lei Municipal nº 2.953, de 24 de março de 2010, por ser patrimônio histórico e arquitetônico e está tombada no Cadastro Estadual do Patrimônio Cultural do RS nº PRS 89 - 0017-00117, e por ironias do destino, o único patrimônio tombado no município, até então, foi uma edificação que veio a ruir em 2019 por falta de uma visão preservacionista.

Em 1948, Igreja Batista Emanuel ganhou novo prédio, com localização no alto do morro. Sua interação com a natureza demonstrou a relação da edificação com seu entorno e sua relevância na paisagem urbana de Panambi. A igreja é composta por um pavimento, de forma retangular e telhado em duas águas, fundação em alicerce de pedras e alvenaria de tijolos rebocados como pode ser observado abaixo.

FIGURA 9 – IGREJA BATISTA



Fonte: MALHEIROS (2019).

Outra edificação datada do período colonial é a Farmácia Hisserich (Figura 12). De acordo Malheiros (2019), a farmácia foi fundada no ano de 1926, sendo a primeira e a mais antiga farmácia no município, encerrando suas atividades recentemente. A casa, de acordo Malheiros (2019) era moradia da família Kepler e foi edificada no ano de 1920, e devido a ocupação por vários usos diferenciados, o prédio teve as suas fachadas originais alteradas, entretanto a planta baixa se mantém sem grandes alterações.

FIGURA 10 – FARMÁCIA HISSERICH

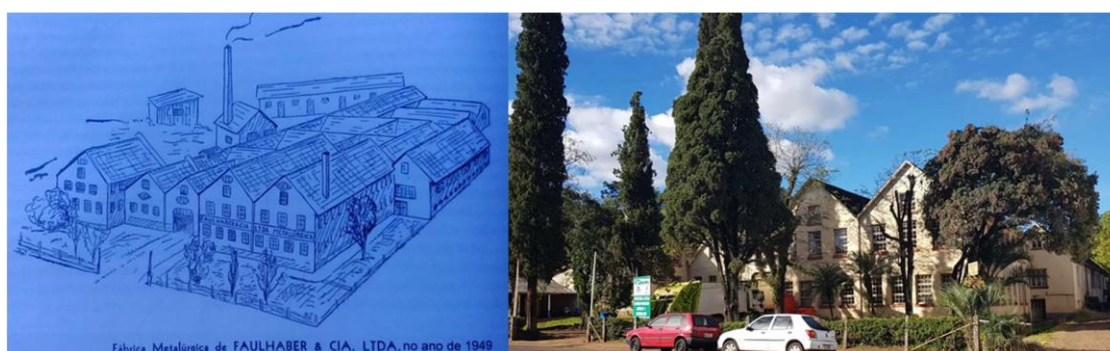


Fonte: MAHP, 2017

Fonte: Autores, 2022.

A partir do século 19, a serralaria e a olaria representavam os primeiros indícios de crescimento e desenvolvimento que, posteriormente, alavancariam o setor industrial e a geração de energia elétrica. Nos 40 primeiros anos da colônia podemos ver várias outras edificações com traços germânicos como por exemplo a Metalúrgica Faulhaber (Figura 11), edificada em meados da década de 40.

FIGURA 11 – METALÚRGICA FAULHABER



Fonte: MAHP (2017).

Fonte: Autores (2022).

A estrutura dos prédios é composta por dois pavimentos e volumetria retangular, apresentando espaços com vãos livres e fachada composta por grandes aberturas para iluminação, e conforme Malheiros (2019) é uma tipologia de uma indústria moderna remetendo seu caráter à arquitetura alemã. Consta-se que as edificações estudadas são exemplares representativos da arquitetura da época da colonização. Trata-se de uma obra relevante pela sua importância no contexto social e histórico da cidade, assim como, exemplares arquitetônicos, sejam remanescentes ou não da época da Colônia Neu-Württemberg.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a história está sempre em constante avanço, o patrimônio também precisa ser ressignificado a fim de adequar-se às vivências dos novos contextos. Ações educativas são primordiais para salvaguardar os bens patrimoniais, uma vez que, promove diferentes perspectivas para que outros indivíduos possam enxergar-se e, de fato, integrar-se ao patrimônio – cuja visualização deve ser a partir de uma metamorfose temporal, permitindo que as diferenças emergem e se complementem. No momento em que cada sujeito sente-se chamado a preservar a arquitetura e, por conseguinte, as ambiências urbanas, ampliam-se as chances de que mais pessoas sigam pelo mesmo caminho – gerando uma corrente preservacionista. As estruturas patrimoniais são extremamente vulneráveis em todo o mundo, visto que, enfrentam graves questões de obsolescência, equilíbrio interno e integração, por isso, é fundamental estabelecer princípios para a proteção e preservação do patrimônio arquitetônico, histórico e cultural da cidade de Panambi.

A arquitetura vernacular, de forma especial, reflete a identidade de um lugar em um determinado momento tempo e espaço, fazendo parte da paisagem urbana e da memória da cidade. Portanto, é necessário valorizar o passado para que possa-se ter uma visão preservacionista no futuro, pois, devido ao fenômeno da padronização cultural e da globalização socioeconômica. As edificações constituíram e constituem exemplares da arquitetura vernacular da época da Colônia Neu-Württemberg, que possui origens na tipologia arquitetônica europeia, trazida pela imigração alemã durante o século XIX para o Brasil, mas que se adaptou de acordo com as necessidades físicas e ambientais desta região. Os imigrantes estabelecidos na colônia Neu-Württemberg, desenvolveram suas habilidades de acordo com as necessidades do local e os materiais disponíveis.

A importância de sua origem, cultura, hábitos, costumes, bens edificados e formas de viver, constituíram a peculiaridade da “Cidade das Máquinas” (Panambi/RS), mostrando a relevância de sua salvaguarda. Sendo assim, promover o (re)conhecimento das edificações pertencentes à constituição e desenvolvimento do município de Panambi alinha-se a uma visão preservacionista do patrimônio histórico, cultural e arquitetônico da cidade. Apesar da grande quantidade de procedimentos de proteção patrimonial muitos edifícios são totalmente descaracterizados limitando suas plasticidades a fim de que eles não sejam reconhecidos pelas pessoas e pelos órgãos públicos – acabando, muitas vezes, sendo demolidos eliminando qualquer possibilidade de continuidade da memória urbana. O ato preservacionista é de e para todos, no sentido, pois somente a partir do coletivo que será possível uma grande mudança, porém, tal fato só começa a entrar em vigor quando cada um entende, com consciência humana e cidadã, sua participação na preservação da arquitetura patrimonial.

REFERÊNCIAS

BEUTER, Ivo. **De Elsenau a Panambi: a história de Panambi desde o tempo dos índios guaranis até o ano de 1955, ano da instalação do município.** Panambi, RS. Emgrapan, 2013. 472 p.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.** Rio de Janeiro, 30 nov. 1937.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 5 out. 1988.

DIAS, Maria da Graça Andrade. **O Patrimônio como instrumento de preservação da memória da cidade.** In: XXIII Congresso, XXXVIII Encontro ARQUISUR, 2019, Belo Horizonte/MG. Anais ARQUISUR, Belo Horizonte: 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/arquisur-2019/papers/o-patrimonio-como-instrumento-de-preservacao-da-memoria-da-cidade?lang=pt-br>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FITCH, James Marston. **Preservação do Patrimônio Histórico.** São Paulo: FAUUSP, 1981.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo.** Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2009.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Educação Patrimonial: inventários participativos.** Brasília, DF: Iphan, 2016.

JUNIOR, Nivaldo Vieira de Andrade. Ampliação do conceito de patrimônio edificado no Brasil. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio.** Salvador: EDUFBA, 2011. p.145-165.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.24, n.1, p.99-136, 2016.

LEITZKE, Eugen. *Carlos Ernesto Knorr e Anna Müdsam Knorr: cem anos da história familiar em terras brasileiras, 1902-2002*. Apoio Hidroelétrica Panambi S/A, 2002.

MAHP. Museu e Arquivo Histórico de Panambi. *Cinquentenário de Panambi (1899-1949)*. MAHP, 2017.

MAHP – Museu e Arquivo Histórico de Panambi. **Panambi: de Colônia a Município**. Revista, Editora Bühring. 2013. p.21.

MALHEIROS, Fabiane Van Ass. **A arquitetura industrial da Colônia Neu-Württemberg, atual cidade de Panambi-RS-Brasil: um contributo à metodologia da reabilitação**. Tese de Doutorado em Arquitetura. Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. 495 p.

MALHEIROS, Fabiane Van Ass; KOTHER, Maria Beatriz Medeiros; HINNING, Josiane de Oliveira Pillar. **Os Remanescente da Habitação na Colônia Neu-Württemberg: Residência Faulhaber**. 4º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, Porto, 2017. 18 p.

MALHEIROS, Fabiane Van Ass; KOTHER, Maria Beatriz Medeiros; HINNING, Josiane de Oliveira Pillar. **Os Remanescente da Habitação na Colônia Neu-Württemberg: Residência Faulhaber**. 4º Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono, Porto, 2017. 18 p.

MEYER, Herrmann. **Ackerbaukolonien. Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1904a.

MEYER, Herrmann. **Ansichten aus Dr. Herrmann Meyers Ackerbaukolonien Neu-Württemberg und Xingu in Rio Grande do Sul (Südbrasilien)**. Leipzig: Bibliographischen Institut, 1906a.

MOMBELLI, Neli Fabiane; TOMAIM Cássio dos Santos. Memória e identidade: um estudo preliminar sobre os usos e apropriações do passado nos documentários da TV OVO. Revista Em Questão, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 45 - 61, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/26843/19694>. Acesso em: 19 ago. 2022.

NEUMANN, Rosane Márcia. **Uma Alemanha em miniatura: o projeto de imigração e colonização étnico particular da Colonizadora Meyer no Noroeste do Rio Grande do Sul (1897-1932)**. São Leopoldo-RS: Oikos/Unisinos, 2016. 632 p.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti. Compreender a cidade e a arquitetura através da educação patrimonial. **Revista Di@logus**, Cruz Alta, RS, v. 6, n. 3, p. 141-149, set. 2017.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de; CALLAI, Helena Copetti; ZAMIN, Luísa Pereira; ROCHA, Matheus Mendonça da; TOLFO, Jéssica Patrícia. Preservação do patrimônio arquitetônico: a

educação patrimonial como possibilidade de manter viva e latente a história das cidades. **Revista Concilium**, [s. l.], v. 22, ed. 2, p. 15-23, 2022.

PEREIRA, Bruna Silva Pinto; BONFIM, Lucilia M. Goulart de Andrade. A importância da preservação da memória e do patrimônio histórico-cultural da cidade de Palmas de Monte Alto - BA. [S.l.], [s/d]. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/bitstream/handle/1/822/PEREIRA%2C%20Bruna%20Silva%20Pinto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RODRIGUES, Donizete. **Patrimônio cultural, Memória social e Identidade: uma abordagem antropológica**. Lisboa, Portugal, [s/d]. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-rodrigues-donizete-patrimonio-cultural-memoria-social-identidade-uma%20abordagem-antropologica.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANT'ANNA, Márcia. Patrimônio material e imaterial: dimensões de uma mesma ideia. In: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins (org.). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011. p.193-198.

SANTOS, André Filipe Pereira Reid dos; LOPES, Mykaella Alvarinho; SILVA, Gabriela Lacerda Andrade da. Patrimônio cultural, identidade social e poder: um estudo de caso da estação ferroviária leopoldina, em argolas, Vila Velha - ES. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n.60, p.286-315, Dez. 2021.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

THOMPSON, J. B. Ideologia e cultura moderna. **Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa** (4ª ed.). Petrópolis: Vozes, 1995.

WEIMER, Günter. **A arquitetura popular da imigração alemã**. 2ª edição. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

ZACHOW, Rosani. **Habitus e empreendedorismo local: o caso de Panambi-RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 2014. 89 p.